

Tese de doutorado¹

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de². **Dos grandes objetos aos objetos de grandeza cidadã**: interiorização do ensino superior público e ordenamento cívico-territorial na Amazônia paraense. 2025. 435f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – UFPA, Belém.

Resumo expandido

O texto ora apresentado sintetiza o trabalho de doutoramento supracitado, defendido no dia 08 de abril de 2025 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), no contexto da linha de pesquisa “Sociedade, urbanização e estudos populacionais”.

A tese sustentou que os processos de expansão e interiorização do ensino superior público têm contribuído, não sem contradições, para uma expansão da “geografização da cidadania” (Santos, 2014a) no estado do Pará, oferecendo bases importantes que nos ajudam a pensar em um ordenamento cívico³ do território como possibilidade nesse espaço. Para tanto, sua concepção foi inspirada em parte das discussões realizadas em nossa dissertação de mestrado (Oliveira, 2019), momento

¹ Tese Recebida em 08/03/202. Aprovada pelas editoras em 04/04/2026. Publicado em 22/04/2026. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.71428>

² Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará. Email: helbertmichel@ufpa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2804373172581656>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2360-745X>.

³ Adverte-se ao leitor que, nesta tese, a palavra “cívico” – assim como em Santos (2014a), quando esse autor trata de modelo cívico-territorial – faz referência não à questão do patriotismo *per se*, mas à figura do cidadão e, principalmente, à cidadania. Ademais, sem desconsiderar o que preconiza a Carta Europeia de Ordenamento Territorial (Oliveira, 2002), na qual o ordenamento do território seria uma tradução espacial das políticas sociais, econômicas, culturais e ecológicas da sociedade, o autor citado aponta duas concepções em torno da referida ideia: a ampla e a restrita. Na primeira acepção, o ordenamento territorial está ligado ao estabelecimento de políticas voltadas à garantia do equilíbrio das condições de vida nas diferentes partes de um território, enquanto a perspectiva restrita aduz que o ordenamento deve compreender, harmonizar e coordenar as várias atividades existentes em uma determinada porção do espaço, de modo que se possa vislumbrar o desenvolvimento das regiões. Nesse particular, Balbim e Contel (2013) entendem o ordenamento territorial como uma importante estratégia territorial para se pensar o planejamento do desenvolvimento em determinada realidade socioespacial; leitura essa que nos foi de grande relevância.

em que se estabeleceu uma análise da Amazônia como região à luz das contribuições teórico-conceituais do geógrafo Milton Santos.

Nesse empreendimento, problematizou-se a lógica dos grandes projetos econômicos e de desenvolvimento instalados no espaço amazônico e a consequente desestruturação que provocaram e ainda provocam aos povos desta região; projetos esses cujas materializações no território assumem, no dizer de Santos (1995), a forma de “grandes objetos” técnicos (como, por exemplo, rodovias, portos modernizados, hidrelétricas, indústrias e fazendas modernas, grandes empresas e mesmo cidades) concebidos para atender, precipuamente, aos interesses de agentes hegemônicos da economia e da política.

Como contraponto a essa lógica perversa, sugeriu-se a pertinência de se pensar em *outros objetos* e em suas respectivas ações na Amazônia, especialmente na articulação dos saberes e na potencialização das lutas políticas dos sujeitos e grupos sociais locais impactados pelos “grandes objetos” e seu ordenamento territorial econômico-corporativo na região (Oliveira, 2019; Santos, 1995); daí a tese tratar, a partir da importância e do papel de outros objetos, da possibilidade de se pensar e mesmo propor delineamentos de um ordenamento territorial alternativo para a referida região.

Teoricamente, a pesquisa fundamentou-se principalmente nas ideias de Santos (2014a) acerca da relação território e cidadania, sobretudo quando esse autor nos convoca a refletir sobre a “geografização da cidadania” e a construção de um possível modelo cívico-territorial no Brasil. Isso porque, dada a sua natureza cidadã, esse modelo pressupõe uma justa e adequada distribuição de bens, equipamentos e serviços sociais no contexto socioespacial de um dado lugar, região ou nação, de modo que seus indivíduos possam ter as suas necessidades básicas e essenciais (saúde, educação, saneamento, esporte, lazer etc.) atendidas, independentemente da porção do território onde se localizam (Santos, 2014a).

É nessa perspectiva, então, que o trabalho considerou as tensões e intenções de ordenamento territorial em curso na Amazônia como objeto de estudo, indicando a possibilidade de vislumbrar os contornos de um *ordenamento cívico-territorial na Amazônia*, notadamente a partir da distribuição e das funções socioespaciais

desempenhadas por determinados fixos sociais públicos⁴ no espaço paraense, onde o processo de internacionalização e a lógica corporativa, diferentemente de outras porções da região, revelam-se com bastante força em seu ordenamento territorial.

Não obstante essa invasiva presença dos grandes projetos econômicos e de desenvolvimento no estado do Pará, esse território também se destaca no cenário regional por possuir o maior número de instituições públicas de ensino superior, inclusive de forma interiorizada. Na pesquisa em comento, a reflexão relacionada à possibilidade de um ordenamento cívico-territorial gira em torno justamente desses fixos sociais públicos (Santos, 2014a) e suas ações, bem como de seus processos de interiorização no espaço paraense.

Por isso, e para efeitos de análise, serão consideradas as seguintes instituições: a) Universidade Federal do Pará (UFPA), institucionalizada em 1957 e tida, aqui, como a *alma mater* do ensino superior na Amazônia; b) Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), concebida a partir do desmembramento da UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) no ano de 2009 e posta como a primeira universidade criada no interior da região; e c) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), originada também a partir da UFPA, em 2013, em uma porção do espaço paraense marcada pela expressiva tensão entre diferentes lógicas econômicas e sociais.

Tais instituições, verdadeiros fixos sociais públicos (Santos, 2014a), portanto, adquirem destaque não apenas pela oferta de cursos superiores, mas também pela realização de pesquisas e de atividades de extensão nos lugares onde se encontram. No entanto, com vistas à delimitação da pesquisa, foram considerados no seio desta problematização apenas os cursos regulares de graduação ofertados nos *campi* de cada universidade analisada, nas suas diferentes sub-regiões de atuação.

⁴ Segundo a acepção de Santos (2014b) na obra *Metamorfoses do espaço habitado*, o fenômeno espacial é formado pela inseparabilidade entre fixos (instrumentos de trabalho e forças produtivas em geral, inclusive a massa de seres humanos) e fluxos (o movimento, a circulação). Nesse processo, cada tipo de fixo surge com características técnicas e organizacionais particulares em relação a uma determinada tipologia de fluxos no espaço, isso porque um fixo apresenta-se à realidade como um objeto técnico, mas também como um objeto social, graças aos fluxos que a ele se interligam e revelam seus pesos políticos na dinâmica espacial. No livro *O espaço do cidadão* (Santos, 2014a), por sua vez, o mesmo autor nos informa que os fixos podem ser de diversos tipos (econômicos, culturais, religiosos, sociais etc.) e que, para entendê-los nos lugares, cabe distinguir aqueles de natureza pública daqueles de natureza privada: “[os fixos privados] são localizados [no território] segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro” (Santos, 2014a, p. 142).

Nesse sentido, ainda que essas instituições mantenham eventuais relações com atividades e empresas ligadas à lógica corporativa (p. ex.: realização de cursos voltados ao fortalecimento dessas atividades, convênios para a realização de pesquisas e para a construção de infraestruturas etc.), assinala-se que elas desempenham um importante papel cidadão nos espaços onde estão situadas, isso tanto no acolhimento de demandas (fluxos) por formação em nível superior quanto na articulação dos saberes de diferentes sujeitos sociais e na potencialização de suas lutas políticas; fato que, inclusive, sugere notáveis elementos à compreensão dos lugares por eles próprios (Santos; Silveira, 2000) e, conseqüentemente, ao “desenvolvimento” regional a partir de parâmetros mais endógenos, que não o perfil de destruição da sociobiodiversidade regional engendrado pelo ordenamento corporativo do território.

Dessa maneira, utilizando-se de pressupostos e princípios da dialética marxista (Marx, 1983; Lefebvre, 1991, 2017) como método de interpretação (Lencioni; Trindade Júnior, 2024) e das técnicas de levantamento e revisão bibliográfica, levantamento e análise documental (Cellard, 2008), análise de conteúdo (Bardin, 1979; Bauer, 2008; Chizzotti, 2008), observação sistemática de campo (Pádua, 2016) e entrevistas individuais semiestruturadas (Gaskell, 2008) enquanto métodos de pesquisa (Lencioni; Trindade Júnior, 2024), além de uma abordagem de natureza quali-quantitativa (Günter, 2006), a tese objetivou analisar os contornos de um possível ordenamento cívico-territorial à luz da expansão e da interiorização recentes da educação superior pública e do correlato atendimento das demandas dos povos da floresta por esse nível de formação.

Enquanto primeira seção do trabalho, a introdução da tese reúne a explicitação do objeto de estudo, da tese, da problemática e das questões-problema dela derivadas, bem como da justificativa e dos objetivos da pesquisa (geral e específicos), a fim de situar os(as) leitores(as) quanto os termos da investigação realizada. A metodologia, outrossim, encontra-se detalhadamente posta nesta parte, em se tratando tanto do método de análise quanto dos métodos de pesquisa; seção essa que também revela a estrutura do trabalho defendido em abril de 2025, cuja organização, além da introdução (seção 1) e das considerações finais (seção 7), articula-se em torno de cinco seções.

Nesse sentido, a seção 2 discute o processo de produção do espaço amazônico a partir da segunda metade do século XX e pontua a configuração de um uso corporativo do território nesta região; processo esse que fora conformado na Amazônia a partir da articulação torpe entre o Estado e o mercado, responsável, em grande medida, pelo avanço da fronteira econômica e pela materialização de sistemas de engenharias basilares às novas relações instauradas na região. Diante desse argumento, a consolidação de um ordenamento econômico-corporativo do território é observada, destacando-se a realização de políticas de desenvolvimento regional pautadas na seletividade espacial e, portanto, na corporativização do território.

A seção 3, na sequência, traz reflexões sobre o espaço como condição de cidadania (Santos, 2014a), retomando o próprio debate da cidadania e dos direitos sociais para, desse modo, revelar que é no território que ela se revela tal como é: incompleta. Ademais, apresenta possibilidades quanto ao vislumbre de um outro ordenamento territorial, desta feita, mais cidadão, humano e verdadeiramente comprometido com os lugares, especialmente a partir da Amazônia, momento em que se destaca a importância de se pensar as cidades de responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) e outros tipos de centralidades urbanas (Trindade Júnior, 2018), mas também algumas políticas públicas pensadas em sintonia com as particularidades e necessidades sociais dos povos da floresta, elementos caros à “geografização da cidadania”, à florestania e à construção do ordenamento cívico-territorial.

Na seção 4, com inspiração na Geografia Nova de Milton Santos, são problematizadas determinadas formas e ações de ambos os tipos de ordenamento territorial discutidos nos momentos anteriores do trabalho. Para tanto, e pensando as dinâmicas espaciais da Amazônia, os exemplos dos “grandes objetos” técnicos (Santos, 1995) enquanto expressões do ordenamento econômico-corporativo do território são mobilizados; objetos esses fortemente dinamizados por solidariedades orgânicas e por verticalidades espaciais nas regiões (Santos, 2012). Na perspectiva do ordenamento cívico-territorial, busca-se destacar a proposição dos “objetos de grandeza cidadã”, de modo a discutir a sua conceituação e a sua importância no espaço regional amazônico, a partir das solidariedades orgânicas e das horizontalidades geográficas (Santos, 2012).

Já a seção 5, por seu turno, realiza um debate sobre a expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil e, particularmente, na Amazônia, jogando

luzes sobre as novas centralidades socioterritoriais (Trindade Júnior, 2018) como um resultado desses processos no território brasileiro. Dessa forma, apresenta um breve panorama ligado à consolidação e à expansão do ensino superior brasileiro ao longo do século XX para, em seguida, focar a expansão desse nível de formação a partir dos anos 2000 no país, propiciada pelas importantes políticas de expansão e interiorização do ensino superior nesse período. Finaliza conferindo destaque à Amazônia, de modo a perceber como essa expansão recente do ensino superior se manifesta nessa porção do Brasil e nos oferece subsídios para pensar o ordenamento cívico do território.

Por fim, a seção 6, na perspectiva da relação território e cidadania, analisa a interiorização do ensino superior público no espaço paraense e sua contribuição para a construção de um outro ordenamento territorial. Assim, realiza um breve resgate sobre a criação de três universidades federais paraenses (UFPA, UFOPA e UNIFESSP), bem como da participação delas na interiorização do ensino superior público no espaço paraense, destacando-se os cursos de formação superior cujas particularidades tendem a reforçar, não sem tensões, os laços de solidariedade orgânica e regional. Nesse particular, entende-se o papel dessas instituições na construção de um ordenamento cívico do território na Amazônia, analisando a condição desses fixos sociais como “objetos de grandeza cidadã”.

Em conclusão, na seção 7, aponta-se que os cursos de formação superior ofertados pela UFPA, pela UFOPA e pela UNIFESSPA são historicamente concebidos em linha com as demandas criadas pelos territórios (Santos; Silveira, 2000), sejam elas organicamente ou, ainda, organizacionalmente solidárias (Santos, 2012a). Ou seja, como demonstramos no desenvolvimento da pesquisa, tais instituições públicas de ensino superior promovem o fortalecimento de distintas lógicas de ordenamento que, nos últimos setenta anos, coexistem e atuam diferencialmente na produção regional do espaço amazônico, em particular, na Amazônia paraense.

Nessa perspectiva, no entanto, conferiu-se destaque às demandas sociais dos povos da floresta, que, quando atendidas, oferecem possibilidades de ampliar o potencial das instituições públicas de ensino superior, pela pluralidade de saberes, de culturas, de cores, enfim, de existências (Xavier, 2018), mas também pelo fortalecimento de lutas políticas que, com efeito, representam um tipo de oxigenação ao perfil e à estrutura de espaços historicamente elitizados, como as universidades.

Todo esse processo, no entanto, não se fez e não se faz livre de desafios, contradições e conflitos nessas realidades. Isso porque, a existência de cursos de graduação e outras iniciativas voltadas à garantia do acesso e da permanência dos povos da floresta nas universidades em comento não derivou de “concessões” por parte dessas instituições, mas, fundamentalmente, como as entrevistas puderam revelar, do tensionamento estabelecido por lideranças e grupos de estudantes indígenas, camponeses, quilombolas e ribeirinhos, dentro e fora daqueles fixos sociais.

Assim, as articulações que essas instituições viabilizam no estado do Pará, principalmente no que diz respeito ao atendimento de demandas locais e sub-regionais por formação superior universal e gratuita, posicionam esses fixos públicos como objetos que promovem a consolidação de centralidades socioterritoriais na região, atuando tanto no fortalecimento de relações definidas pela proximidade espacial quanto no reforço de lógicas localmente estabelecidas na Amazônia paraense.

Daí se afirmar na tese que as instituições públicas de ensino superior, não sem contradições, apresentam-se como verdadeiros *objetos de grandeza cidadã*, isto é, objetos cuja distribuição espacial e ação concreta refletem a possibilidade de um ordenamento cívico-territorial contrário ao ordenamento econômico-político historicamente vigente no espaço amazônico; ordenamento esse que, em sua realização, por meio de seus “grandes objetos”, tem produzido a obliteração das diferenças e acirrado as desigualdades socioterritoriais nessa porção do território brasileiro.

Referências

BALBIM, R.; CONTEL, F. B. Região e regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro. In: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (ed.). **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2013. p. 25-47.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1979. 226 p.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes: 2008. p. 189-217.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (org.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuições para debate sobre as políticas territoriais**. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009. p. 17-44.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes: 2008. p. 244-270.

CHIZZOTTI, A. Análise de conteúdo, análise de narrativa, análise do discurso. In: CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 113-134.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes: 2008. p. 64-89.

GÜNTER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p.201-210, maio/ago. 2006.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, H. **Marxismo: uma breve introdução**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

LENCIONI, S.; TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **Pesquisa socioespacial: reflexões sobre métodos e técnicas de investigação científica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2024.

MARX, K. O método da economia política. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 218-226.

OLIVEIRA, F. P. **Sistemas e instrumentos de execução dos planos**. Coimbra: Almedina, 2002.

OLIVEIRA, H. M. P. **A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia**. 2019. 287f. Dissertação. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – UFPA, Belém.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 18. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2016. 144 p.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 7. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012. 392 p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2014a. 176 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2014b. 136 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000. 163 p.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Por outras centralidades: pensando especificidades e particularidades da cidade e do urbano no Brasil. In: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. (org.). **Geografia urbana**: desafios teóricos contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 249-266.

XAVIER, M. Lugar, pluralidade da existência e democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, v. 20, n. 3, p. 506-521, set./dez. 2018.